

**Ata da 30ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima,  
ocorrida em 12/04/2006, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada  
dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar**

Participantes:

1. Luiz Antônio Barreto de Castro – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. José Domingos Gonzalez Miguez – Secretário Executivo da Comissão
3. Newton Paciornik – Ministério da Ciência e Tecnologia
4. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia
5. Marcos Otávio B. Prates – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
6. Guido Gelli - Ministério do Planejamento
7. Lindemberg de Lima Bezerra– Ministério da Fazenda
8. João Antônio F. Salomão – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
9. Magda Aparecida de Lima – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
10. Raphael Azeredo – Ministério das Relações Exteriores

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas a todos os representantes dos Ministérios.

Destacou que as reuniões da CIMGC serão realizadas via de regra, a cada 60 dias, podendo haver reuniões extraordinárias sempre que necessário.

**1. Aprovação da Ata da 29ª Reunião da Comissão Interministerial.**

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que a minuta da Ata da 29ª Reunião foi encaminhada aos membros da Comissão com antecedência e indagou se alguém teria alguma observação a fazer.

O Dr. Guido Gelli representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apontou que na página oito gostaria de apresentar um texto reformulando a sua colocação sobre a utilização de equipamento de GPS para a localização precisa das propriedades agrícolas.

Não havendo manifestações em contrário, o Secretário acatou a nova formatação do texto encaminhado pelo Dr. Guido Gelli.

A Dra. Laura Porto, representante do Ministério de Minas e Energia requisitou revisão de uma de suas colocações na página 16, parágrafo sexto, substituindo a expressão “para o consumidor” por “de elaboração dos DCPs e comercialização dos créditos de carbono”.

Não havendo outras observações, a Ata da 29ª Reunião foi aprovada com as duas modificações apontadas.

## **2. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.**

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro pediu que os projetos em análise passassem a ser encaminhados com três dias úteis de antecedência da reunião da CIMGC. Tal medida tem o intuito de otimizar os trabalhos da Secretaria Executiva.

As Dras. Laura Porto e Paula Benatti apontaram dificuldades no recebimento dos documentos dos projetos em análise pela CIMGC.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que o *site* do MCT está passando por uma reformulação que tem comprometido a disponibilização eficiente desta documentação. Questionou se as dificuldades a que se referem são recentes ou sistemáticas.

A Dra. Paula Benatti ressaltou que, apesar de eventuais dificuldades, um contato mais estreito entre os Ministérios deve resolver esta questão, e que, em algumas ocasiões, a equipe do MCT encaminhou pessoalmente documentos ao MMA.

A Dra. Laura Porto destacou que a dificuldade em acessar a documentação dos projetos compromete a meta de três dias úteis de antecedência para o encaminhamento de pareceres à Secretaria Executiva.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez destacou que os projetos a serem discutidos são apresentados com uma reunião de antecedência. Sendo assim, avaliou que há prazo suficiente para que todos os Ministérios acessem a documentação e preparem os seus pareceres. Informou que dificuldades de acesso à documentação foram decorrentes da reformulação do *site* do MCT. Esclareceu que o *site* da Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima e da CIMGC tem mais de 5.000 páginas em quatro idiomas, assim, qualquer alteração nesta estrutura acarreta um trabalho significativo. Destacou, ainda, que os *sites* em inglês, espanhol e francês não haviam sido recolocados no ar, e que isto tem causado complicações significativas junto aos investidores e desenvolvedores de projetos, uma vez que todas as informações oficiais, inclusive as resoluções da CIMGC, não estavam disponíveis. Apontou que este problema já havia sido repassado ao Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia Luis Fernandes.

A Dra. Laura Porto ressaltou que algumas vezes tem havido incompatibilidade de versões entre as documentações disponibilizadas no *site* e a documentação mais atual. Também, destacou que, muitas vezes, os projetos analisados durante as reuniões da CIMGC não refletem exatamente os projetos anunciados na reunião anterior.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez informou que, segundo a resolução nº 01 da CIMGC, apenas os projetos apresentados com uma reunião de antecedência podem ser analisados na reunião subsequente. Destacou que, durante o ano de 2005, excepcionalmente, alguns projetos em situações especiais tiveram sua análise antecipada. Entretanto, tais decisões foram tomadas com a anuência e a aquiescência dos membros da CIMGC.

Adiantou que a Secretaria Executiva proporá que os projetos de suinocultura da AgCert tenham sua análise antecipada, a pedido do desenvolvedor do projeto, que justificou seu pedido devido a uma atualização da metodologia pelo Conselho Executivo e o conseqüente prazo para validar projetos que utilizem a metodologia antiga.

A Dra. Laura Porto salientou que, para atender o prazo de três dias úteis sugerido pela Secretaria Executiva, seria necessário que toda a documentação para análise estivesse disponível com, no mínimo, dez dias úteis de antecedência.

A Dra. Paula Benatti concordou com o posicionamento do MME, entretanto pediu ao Secretário Executivo que considerasse os pareceres encaminhados em meio eletrônico, uma vez que o trâmite interno de assinatura destes documentos pode consumir um prazo até superior aos três dias de antecedência.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez ressaltou que, sob o seu ponto de vista, não há necessidade de se estabelecer um prazo máximo de dez dias úteis para a submissão de documentos, uma vez que os projetos que serão analisados na reunião subsequente, via de regra, já deveriam estar disponíveis na reunião anterior.

A Dra. Laura Porto argumentou que sua preocupação é com a versão dos documentos analisados.

O Secretário Executivo informou que este problema não pode ocorrer, uma vez que só existe uma única versão da documentação sendo analisada, ou seja, aquela que foi submetida pelos proponentes do projeto formalmente à Secretaria Executiva.

A Dra. Branca Americano esclareceu que o problema que foi levantado pela Dra. Laura Porto decorre do recebimento de documentações complementares a título de atualizações. Tais documentos não são prontamente atualizados no *site* do MCT, mas sim encaminhados aos membros da CIMGC por meio de um *link* especial. Ressaltou que, caso o *site* seja consultado sem observar os *links* encaminhados por email, poderão ocorrer problemas de compatibilização de versões. Ressaltou que, muitas vezes, o representante oficial de cada Ministério, para quem estes e-mails são repassados falha ao não redistribuí-lo internamente.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro pediu à Dra. Branca Americano que procedesse à análise dos projetos MDL.

➤ Projetos em fase de revisão

- **Repotenciação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) no Estado de São Paulo;**

A Dra. Branca Americano observou que este projeto respondeu ao Ofício nº MDL 091/2006/CIMGC, de 06 de janeiro de 2006, no dia anterior à 29ª Reunião da Comissão, não sendo, portanto, possível analisá-lo naquela oportunidade. Apontou que uma questão relevante sobre o projeto é que ele possuía um participante norte-americano, país que não

ratificou o Protocolo de Quioto. Esta questão foi resolvida e a entidade norte-americana foi substituída por outra com sede em São Paulo.

Informou que a única questão que não foi resolvida diz respeito à autorização da ANEEL para o aumento da potência das usinas. Em resposta, a empresa apresentou portarias do MME que regulamentam o cálculo de energia assegurada. Estes documentos não respondem à questão levantada.

A Dra. Branca Americano avaliou que as demais ressalvas foram satisfatoriamente atendidas, e pediu ao Ministério do Meio Ambiente que se posicionasse a respeito da questão do licenciamento ambiental do empreendimento.

A Dra. Paula Benatti destacou que a questão levantada dizia respeito à usina de Três Saltos que fora removida da documentação atual. Assim, o MMA não objetou a aprovação do projeto no que tange o licenciamento ambiental.

O parecer do MCT foi de que o projeto poderia ser aprovado com a ressalva de que fosse apresentada licença da ANEEL autorizando o aumento de potência das usinas.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do projeto Repotenciação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) no Estado de São Paulo, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Apresentação das autorizações da ANEEL para o aumento da potência das usinas que constam da atividade de projeto.

- **Projeto de Cogeração com Bagaço Nardini;**

A Dra. Branca Americano informou que os proponentes deste projeto ainda não haviam respondido ao Ofício nº MDL 086/2006/CIMGC de 16 de janeiro de 2006. Assim, informou que o projeto deveria permanecer em revisão.

- **Projeto Pequenas Centrais Hidrelétricas Nova Sinceridade – Brascan Energética Minas Gerais S.A (BEMG);**

A Dra. Branca Americano informou que os proponentes deste projeto ainda não haviam respondido ao Ofício nº MDL 100a/2006/CIMGC de 20 de janeiro de 2006. Assim, informou que o projeto deveria permanecer em revisão.

- **Projeto Pequenas Centrais Hidrelétricas de Ivan Botelho II (Palestina) – Brascan Energética Minas Gerais (BEMG);**

A Dra. Branca Americano informou que os proponentes deste haviam respondido ao Ofício nº MDL 100/2006/CIMGC de 20 de janeiro de 2006, em 11 de abril de 2006. Como não houve tempo hábil para distribuição e análise desta documentação, este projeto deveria permanecer em revisão.

- **Projeto de Mitigação GHG AWMS BR05-B-10 – Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Brasil;**

A Dra. Branca Americano informou que os proponentes deste projeto ainda não haviam respondido ao Ofício nº MDL 096/2006/CIMGC de 30 de março de 2006. Assim, informou que o projeto deveria permanecer em revisão.

- **Projeto de Mitigação GHG AWMS BR05-B-11 –Mato Grosso e Minas Gerais e São Paulo, Brasil;**

A Dra. Branca Americano informou que os proponentes deste projeto ainda não haviam respondido ao Ofício nº MDL 097/2006/CIMGC de 30 de março de 2006. Assim, informou que o projeto deveria permanecer em revisão.

- **Projeto de Diminuição de Gases de Efeito Estufa no Aterro de Canabrava Salvador - Bahia;**

A Dra. Branca Americano informou que os proponentes deste projeto ainda não haviam respondido ao Ofício nº MDL 098/2006/CIMGC de 20 de março de 2006. Assim, informou que o projeto deveria permanecer em revisão.

➤ **Projetos submetidos na 29ª Reunião da CIMGC**

O Secretário Executivo informou que dois projetos de suinocultura foram submetidos antes da 29ª Reunião da CIMGC.

- **Projeto de Geração de Energia Eólica Horizonte (PGEEH);**

A Dra. Branca Americano destacou que trata-se de um projeto de pequena escala. Foram detectadas pequenas incorreções na tradução e incoerência no período de obtenção de créditos. Avaliou que não são pontos sérios, uma vez que o projeto contribui de forma

significativa para o desenvolvimento sustentável. Assim, sugeriu que o projeto fosse aprovado com ressalvas.

A Dra. Laura Porto destacou que não teve acesso à documentação ambiental, uma vez que acessou a documentação do projeto por meio do *site* do MCT.

A Dra. Paula Benatti apontou que o MMA também não teve acesso à documentação completa do projeto. Avaliou que, caso o MCT tenha tido acesso às licenças ambientais, o MMA não objeta a aprovação do projeto.

A Dra. Branca Americano informou que o MCT teve acesso à documentação e confirmou que as licenças ambientais foram apresentadas e encontram-se válidas.

A Dra. Laura Porto questionou se este projeto poderia requerer créditos retroativos, uma vez que o prazo de 31 de dezembro de 2005 já estava expirado.

O Secretário Executivo Dr. José Míguez esclareceu que esta decisão foi reformada durante a COP 11 e os projetos que já se encontravam em algum estágio do processo de validação até 31 de dezembro de 2005 tem até 31 de dezembro de 2006 para concluir o registro e requerer créditos retroativos.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto de Geração de Energia Eólica Horizonte (PGEEH), condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. A tradução do DCP em português deve ser conforme a versão do PDD (em particular a tradução de “Annex I Parties” – A.4.4 e Anexo 2);
2. Na rerepresentação do DCP/PDD, corrigir o período de obtenção créditos de forma que a informação contida no item A.2 fique consistente com outras partes do texto.

- **Projeto de Geração de Energia Eólica Água Doce (PGEEAD);**

A Dra. Branca Americano informou tratar-se também de um projeto de pequena escala, tal qual o projeto PGEEH. Entretanto, este projeto apresenta problemas mais sérios, além dos apresentados no projeto anterior. Destacou que o projeto participa do PROINFA e apontou este programa como uma barreira à atividade de projeto, o que já foi apontado pelo MME que não seria aceitável. Assim, sugeriu que fosse encaminhada ao proponente do projeto uma sugestão de alteração da redação, conforme procedimento adotado anteriormente. Sugeriu que este projeto fique em revisão até que estes pontos tenha sido atendidos.

A Dra. Paula Benatti questionou se o MCT teve acesso às licenças ambientais deste projeto e se elas estariam válidas.

A Dra. Branca Americano destacou que as licenças ambientais foram recebidas e encontram-se válidas.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro questionou se algum dos membros da CIMGC avaliou que o PROINFA possa ser um programa burocrático.

A Dra. Laura Porto destacou que na avaliação do MME o programa não é burocrático. Destacou que, para preencher cerca de 2.000 vagas, foram registradas aproximadamente 7.000 propostas de empresas, das quais 6.000 estavam habilitadas a concorrer, ou seja, haviam atendido a todas os requisitos formais do programa. Salientou que, provavelmente, a maior dificuldade está no acesso ao financiamento, apontou que este processo, junto a instituições bancárias, é de fato burocrático, sendo necessária a apresentação de inúmeros documentos e garantias.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez ressaltou que os proponentes do projeto estão confundindo o conceito de barreira de investimento. Destacou que, para o MDL, uma barreira de investimento é algo que dificulta a realização do projeto, ou seja, requer que seja investido um montante de capital para viabilizar a sua execução. Neste sentido, o PROINFA é, na realidade, um programa governamental que auxilia financeiramente o projeto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Geração de Energia Eólica Água Doce (PGEEAD), condicionada ao atendimento das seguintes observações:

1. Correção, no item A.2, 3º parágrafo, da seguinte referência ao PROINFA que não está correta: “O PROINFA é um programa financiado pelo Governo brasileiro, que visa a diversificação da matriz energética brasileira, apoiando projetos de energia renovável”. Cabe esclarecer que o PROINFA não é um programa financiado pelo Governo Brasileiro. Ele foi criado por meio de Lei Ordinária, é coordenado pelo MME, e é executado pela Eletrobrás. Conta com linhas de financiamento especialmente desenvolvidas para o Programa em diversos bancos nacionais, dentre eles, o Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; o Banco do Brasil; o Banco do Nordeste; a Caixa Econômica Federal; e ainda algumas agências como a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, e a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE. A atividade de projeto proposta tem PPA assinado com a Eletrobrás no âmbito do PROINFA. Este programa, instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tem como um de seus objetivos a redução das emissões de gases de efeito estufa, no âmbito do MDL do Protocolo de Quioto. O PROINFA pode ser considerado uma política do tipo “E-” que teve sua adicionalidade confirmada na 16ª Reunião do Conselho Executivo do MDL, em outubro de 2004.
2. Reapresentação do Relatório de Validação, em português e em inglês, corrigindo a afirmação, ao mesmo tempo incorreta e incoerente, que consta do item “Adicionalidade”. A afirmação é incorreta porque o acesso ao PROINFA não se constitui em uma barreira de investimento, e incoerente porque a atividade de projeto obteve o financiamento do PROINFA. Por isso, não se pode argumentar que a dificuldade em obter o apoio do PROINFA se constitua numa barreira para a viabilização do projeto.

3. A tradução do DCP em português deve ser conforme a versão do PDD. Em particular, corrigir a tradução de “Annex I Parties” para “Partes incluídas no Anexo I” e “within the PROINFA framework” para, por exemplo, “no contexto do PROINFA”.

- **Projeto de Hidrelétrica da Incomex, Brasil;**

A Dra. Branca Americano informou tratar-se de um projeto de pequena escala que envolve a instalação de três pequenas centrais hidrelétricas nos estados de Rondônia e Mato Grosso. O MCT sugeriu que este projeto ficasse em revisão por problemas com o Anexo III, informações desconstruídas no PDD/DCP, inclusive mencionando uma hidroelétrica que não faz parte do projeto, divergências de nomenclaturas e localização dos empreendimentos, não foi apresentada licença de operação para um dos empreendimentos, problemas com as cartas-convite encaminhadas aos atores envolvidos, entre outros.

O Secretário Executivo comentou que a questão das cartas-convite é séria e acredita que seja inócua a exigência de envio de novas cartas-convite após o período de validação, uma vez que os eventuais interessados não poderão encaminhar seus comentários de forma efetiva. Ponderou que, nos casos onde haja falha no processo de informação dos atores envolvidos, deve haver uma nova abertura do prazo de validação das atividades de projeto e um novo processo de validação. Acrescentou, ainda, que o Ministério do Meio Ambiente reclamou que projetos têm sido validados sem a devida apresentação de licença ambiental.

Acrescentou que a Secretaria Executiva estuda a possibilidade de convocar uma reunião com os representantes das Entidades Operacionais Designadas para expor que estes problemas têm se tornado sistemáticos e comunicá-los. Caso não sejam tomadas providências para saná-los, haverá atraso no processo de validação.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Hidrelétrica da Incomex, Brasil, condicionada ao atendimento das seguintes observações:

1. Reapresentação do Anexo III, com melhores informações sobre as contribuições do projeto ao desenvolvimento sustentável do país, contemplando as contribuições específicas das três PCHs;
2. Eliminação de divergência de localização/nomenclatura da PCH Cabixi (Cabixi em Vilhena-RO – Anexo III e ofício SEMAT, de 20/10/2005; e Cabixi II em Comodoro-MT)
3. Reapresentação do DCP/PDD, em versões conformes em português e em inglês. Corrigir, na versão em português, a Tabela 5 e as reduções de 930.541 t CO<sub>2</sub> em 21 anos no item A.4.3, para ficar de acordo com a versão em inglês.
4. Apresentação dos dados e cálculos para os fatores de emissão da linha de base, 

	juntamente	com	a	planilha
Incomex_calculation_(MD)_VF28_11_05a.xls.				



5. Reapresentação do Relatório de Validação em português, com acerto do consumo específico de combustível pelas usinas térmicas, de 300 litros/MW, na seção 5;
6. Esclarecimento sobre a titularidade das PCHs, já que as licenças ambientais estão em nome de três pessoas jurídicas que não constam no DCP/PDD: Cassol Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, Hidrossol Hidroelétricas Cassol Ltda, Eletrossol Centrais Elétricas Cassol Ltda;
7. Apresentação da Licença de Operação da PCH Cabixi II e da Licença de Operação 1101/05 (PCH Monte Belo);
8. Reenvio das cartas-convite a todos os atores envolvidos, definidos na Resolução nº 1, em um novo processo de validação, mostrando claramente a localização dos projetos e disponibilizando, de forma inequívoca, o acesso aos documentos do projeto. Consideração dos eventuais comentários no novo processo de validação, conforme está definido na decisão 17/CP.7 e na Resolução nº 1;
9. Reapresentação do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de CERs que vierem a ser emitidas, com a assinatura de todos os proponentes do projeto.

- **Projeto Diminuição de Gases de Efeito Estufa no Aterro Sanitário do Aurá;**

A Dra. Branca Americano destacou que o MCT sugeriu que este projeto fosse revisto, uma vez que existem vários erros que devem ser corrigidos, tais como: não foram apresentadas as condicionantes da licença de instalação do empreendimento; não foi apresentada a licença ambiental do aterro sanitário; a declaração do modo de comunicação com a CIMGC não foi assinada por todos os participantes do projeto; o Anexo III pode ser melhor desenvolvido e fazer referência a questões que não constam do DCP, tais como o uso de geomembrana e transferência tecnológica; o nome do projeto é apresentado de diversas formas nos documentos, entre outros.

Destacou, também, que o uso do termo *royalties* foi empregado de forma incorreta e pediu ao representante do Ministério da Fazenda que auxiliasse na redação desta ressalva.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra, representante do Ministério da Fazenda destacou que, de fato, o termo *royalties* foi empregado de forma inadequada, uma vez que não se trata de uma intervenção do domínio econômico, mas de uma concessão. Pediu ao proponente do projeto que qualificasse corretamente o tipo de acordo que celebrou com a prefeitura local, esclarecendo se trata-se de uma receita de concessão. Destacou que os desenvolvedores do projeto devem ter firmado um contrato de concessão com a prefeitura para resguardar o direito de desenvolvimento do projeto e a titularidade sobre os créditos gerados.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez informou que a regulamentação internacional é silenciosa sobre a questão contratual entre as partes envolvidas nos projeto MDL. Assim, a CIMGC também não entrou nesta questão.

O Dr. Lindemberg Bezerra concordou com o posicionamento do Secretário Executivo, e entendeu que esta questão não é objeto de análise da CIMGC. Entretanto, gostaria de aproveitar a oportunidade para debater com os demais Ministérios sobre a importância de se pensar em desenvolver algum tipo de modelo ou marco regulatório para este tipo de atividade, uma vez que já houve casos de conflito de interesses em situações similares no passado.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Diminuição de Gases de Efeito Estufa no Aterro Sanitário do Aura, condicionada ao atendimento das seguintes observações:

➤ Novos projetos submetidos à CIMGC

O Secretário Executivo Dr. José Miguez esclareceu que formalmente este era o último projeto que deveria ser analisado durante esta reunião. Salientou que durante a 30ª Reunião da Comissão estavam sendo submetidos novos projetos, para análise na próxima reunião, os quais foram:

- **Projeto de uso da escória de alto-forno na produção de cimento na Votorantim Cimentos**
- **Projeto Pequena Central Hidrelétrica Santa Edwiges II**
- **Projeto Usina São Francisco**
- **Projeto Santa Terezinha – Tapejará**
- **Projeto Embraliço / Arauna – Bragança Projeto de Biogás (Bragança Landfill Gás Project)**
- **Projeto de Mitigação SMDA GEE BR05-B-13, Goiás e Minas Gerais, Brasil**
- **Projeto de Mitigação SMDA GEE BR05-B-14, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, Brasil**
- **Projeto de Mitigação SMDA GEE BR05-B-15, Paraná Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Brasil**
- **Projeto de Mitigação SMDA GEE BR05-B-16, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil**

Informou que a Secretaria Executiva recebeu um comunicado da AgCert, proponente dos projeto de Mitigação SMDA GEE BR05 B-13, B-14, B-15 e B-16, informando da urgência destes projetos, visto que a metodologia na qual foram desenvolvidos passaria por modificações e os projetos teriam de ser reformulados.

A equipe da Secretaria Executiva procedeu à análise destes projetos, mas salientou que os projetos não foram analisados pelos demais Ministérios, tampouco eram pauta desta reunião. Pediu que a Dra. Branca Americano apresentasse a análise.

A Dra. Branca Americano informou que, apesar da concepção teórica destes projetos ser interessante, tem havido falhas sistemáticas de execução, ponderou que pode ter havido um gigantismo que a empresa não tem sido capaz de administrar. Destacou como principais falhas a falta de licença ambiental de alguns empreendimentos, a ausência de cartas-convites para os atores citados na resolução 01, encaminhamento de cartas após o período de consulta, as cartas-convite continham informações equivocadas e pediam que eventuais comentários fossem encaminhados ao e-mail do gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia, procedimento este, totalmente equivocado. Os comentários dos atores locais devem ser recebidos pela entidade operacional designada e considerados durante o processo de validação.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez destacou que o procedimento de consulta pública foi feito de forma completamente inapropriada, invalidando, assim, todo o processo de validação destes projetos.

A Dra. Branca Americano ponderou que a Secretaria Executiva se esforçou para analisar estes projetos o mais prontamente possível, no intuito de evitar que os desenvolvedores destes projetos fossem penalizados e obrigados a refazer todo o processo devido ao prazo de validade da metodologia utilizada. Entretanto, entendeu que, com o número de falhas apontadas, tornou-se impossível propor outra solução que não pedir a revisão dos quatro projetos submetidos pela AgCert.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez questionou aos demais membros da Comissão se eles estariam de acordo que os quatro projetos da AgCert fossem considerados em revisão já durante a 30ª Reunião da CIMGC ou se preferiam que tais projetos seguissem o rito normal, sendo apenas submetidos e analisados durante a 31ª Reunião.

A Dra. Paula Benatti não se opôs à proposta de considerar os quatro projetos em revisão já durante a 30ª Reunião. Destacou que analisou rapidamente os pareceres preparados pelo MCT e considerou-os suficientemente detalhados.

Não havendo objeção dos demais membros, a CIMGC deliberou pela **revisão** dos Projetos submetidos pela AgCert.

O Projeto de Mitigação SMDA GEE BR05-B-13, Goiás e Minas Gerais, Brasil, deverá ser revisto até que sejam atendidas as seguintes observações:

1. Reapresentação do DCP/PDD acertando, em particular, a Tabela A-2 com a localização precisa das fazendas, de forma clara e com conteúdo coerente com os todos os documentos apresentados. Devem-se listar os vários nomes que uma mesma fazenda possa ter. Caso haja um nome de responsável em sua licença ambiental, esse nome deve também constar na referida Tabela A-2, devendo ser providenciado um documento relacionando o responsável ao empreendimento. Caso a Fazenda São João englobe três locais, os três locais devem ser identificados separadamente na tabela 2 do DCP. Também não está claro se a fazenda Mata Burros equivale à Granja Aragão, se Rioverdinho da Barra Grande equivale a Rio Vermelho da Barra Grande; se

Rio Doce Beira do Sabiá eqüivale a Sabiá; se Granja Cometa eqüivale a Perobas e se Talhado Rio Doce eqüivale a Talhado Lugar Irara.

2. Apresentação dos condicionantes que têm prazos (já vencidos) das licenças ambientais de operação das seguintes fazendas:
  - Água Amarela
  - Bom Retiro
  - Mata Burro (Granja Aragão)
  - Santa Lúcia
  - Granja Araújo
  - Granja Lagoa
  - Granja Ludmila
3. Esclarecimento de qual dos locais se refere a licença ambiental da Fazenda Confusão – Dois Irmãos.
4. Apresentação das licenças ambientais de operação para as fazendas:
  - Boa Vista
  - Chuá
  - Chuá – Sítio 2
  - São João
  - Dona Oscila
  - São Tomáz Lugar Matinha
  - Granja Cometa
  - Panorama
  - Panorama Granja 2
  - União
  - União – Granja 2
  - Granja Fumal
5. Esclarecimento da condição da Fazenda Modelo em Rio Verde - GO, sem informações no PDD.
6. Demonstração de que o Sr. Leo Perkowski é o representante legal da AgCert do Brasil Soluções Ambientais Ltda.
7. Nas cartas-convite não se deve pedir que críticas e sugestões ao projeto devam ser encaminhadas à Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima. O procedimento correto é, quando houver comentários, incorporá-los ao DCP, de forma a serem levados em consideração durante o processo de validação. Como o procedimento de consulta aos atores envolvidos não foi feito de forma correta, todo o processo de validação está comprometido. É necessário que seja refeita a consulta aos atores envolvidos em um novo processo de validação. Assim, reapresentar as cartas-convite observando:

- a. Deve constar do seu cabeçalho de endereçamento a identificação dos atores relacionados na Resolução nº 1, em particular, órgãos ambientais estaduais e municipais e associações comunitárias. Quando não houver um dos atores relacionados na Resolução nº 1, uma declaração nesse sentido deve ser anexada.
  - b. Não deve constar referência à aprovação da atividade de projeto pelo Governo Brasileiro.
  - c. Deve constar no *link* apresentado o DCP da atividade de projeto BR05-B-13.
  - d. É desnecessário anexar à submissão cartas-convite endereçadas a atores não relacionados na Resolução nº 1.
8. Correção do texto na seção 3.6 do Relatório de Validação – Comentário dos Interessados Locais - que repete (copy/paste) informação de outra atividade de projeto BR01-B de que apenas os representantes dos Estados de Minas Gerais e São Paulo participaram do processo formal de consultas.
9. A Entidade Operacional Designada deve corrigir a afirmação feita no Relatório de Validação item 3.6.1 de que nenhum processo de consulta aos interessados é exigido pela legislação nacional. A Resolução nº 1 de 11 de setembro de 2003 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, em seu artigo 3º, parágrafo II, afirma:

*Art. 3º – Com vistas a obter a aprovação das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, os proponentes do projeto deverão enviar à Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em meio eletrônico e impresso:*

*II – as cópias dos convites de comentários enviadas pelos proponentes do projeto aos seguintes agentes envolvidos e afetados pelas atividades de projeto **de acordo com a alínea b do parágrafo 37 do Anexo I** referido no Art. 1º, identificando os destinatários:*

- Prefeitura e Câmara dos vereadores
- Órgãos Ambientais Estadual e Municipal;
- Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- Associações comunitárias;
- Ministério Público;

*A referida **alínea b do parágrafo 37 do Anexo I** – Modalidades e procedimentos para um mecanismo de desenvolvimento limpo (Decisão 17/CP.7):*

***Parágrafo 37.** A entidade operacional designada selecionada pelos participantes do projeto para validar uma atividade de projeto, mediante contrato firmado entre eles, deve revisar o documento de concepção do*

*projeto e qualquer documentação de apoio, confirmando o atendimento dos seguintes requisitos:*

***Alínea b*** – *Os comentários dos atores locais foram solicitados, um resumo dos comentários recebidos foi fornecido e um relatório à entidade operacional designada sobre como foram devidamente levados em consideração esses comentários foi recebido.*

O Projeto de Mitigação SMDA GEE BR05-B-14, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, Brasil, deverá ser revisto até que sejam atendidas as seguintes observações:

1. Reapresentação do DCP/PDD acertando, em particular, a Tabela A-2 com a localização precisa das fazendas, de forma clara e com conteúdo coerente com os todos os documentos apresentados. Devem-se listar os vários nomes que uma fazenda possa ter. Caso haja um nome de responsável em sua licença ambiental, esse nome deve também constar na referida Tabela A-2, devendo ser providenciado um documento relacionando o responsável ao empreendimento. Em particular, esclarecer também quanto à localização das granjas de Olinto Rodrigues de Arruda, se em Itu ou em Indaiatuba.
2. Apresentação das licenças ambientais de operação das seguintes fazendas/locais:
  - Fazenda Lavrinhas;
  - Fazenda Santa Helena (Granja Mendonça);
  - Fazenda Retiro;
  - Sítio Bola de Níquel;
  - Fazenda Santa Terezinha;
  - Fazenda Vista Alegre;
  - Granja Itália;
  - Água Branca;
  - Água Branca Sítio II.
3. Apresentação de evidências do atendimento dos condicionantes que já têm prazos vencidos, da licença de operação da Granja São José.
4. Demonstração de que o Sr. Leo Perkowski é o representante legal da AgCert do Brasil Soluções Ambientais Ltda.
5. Nas cartas-convite não se deve pedir que críticas e sugestões ao projeto devam ser encaminhadas à Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima. O procedimento correto é, quando houver comentários, incorporá-los ao DCP, de forma a serem levados em consideração durante o processo de validação. Como o procedimento de consulta aos atores envolvidos não foi feito de forma correta, todo o processo de validação está comprometido.

É necessário que seja refeita a consulta aos atores envolvidos em um novo processo de validação. Assim, reapresentar as cartas-convite observando:

- a. Deve constar do seu cabeçalho de endereçamento a identificação dos atores relacionados na Resolução nº 1, em particular, órgãos ambientais estaduais e municipais e associações comunitárias. Quando não houver um dos atores, uma declaração nesse sentido deve ser anexada.
  - b. Não deve constar referência à aprovação da atividade de projeto pelo Governo Brasileiro.
  - c. Deve constar no *link* apresentado o DCP da atividade de projeto BR05-B-14.
  - d. É desnecessário anexar à submissão as cartas-convite endereçadas a atores não relacionados na Resolução nº 1.
6. Correção do texto na seção 3.6 do Relatório de Validação – Comentário dos Interessados Locais - que repete (copy/paste) informação de outra atividade de projeto BR01-B de que apenas os representantes dos Estados de Minas Gerais e São Paulo participaram do processo formal de consultas.
7. A Entidade Operacional Designada deve corrigir a afirmação feita no Relatório de Validação item 3.6.1 de que nenhum processo de consulta aos interessados é exigido pela legislação nacional. A Resolução nº 1 de 11 de setembro de 2003 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, em seu artigo 3º, parágrafo II, afirma:

**Art. 3º** – *Com vistas a obter a aprovação das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, os proponentes do projeto deverão enviar à Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em meio eletrônico e impresso:*

**II** – *as cópias dos convites de comentários enviadas pelos proponentes do projeto aos seguintes agentes envolvidos e afetados pelas atividades de projeto **de acordo com a alínea b do parágrafo 37 do Anexo I** referido no Art. 1º, identificando os destinatários:*

- Prefeitura e Câmara dos vereadores
- Órgãos Ambientais Estadual e Municipal;
- Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- Associações comunitárias;
- Ministério Público;

*A referida **alínea b do parágrafo 37 do Anexo I** – Modalidades e procedimentos para um mecanismo de desenvolvimento limpo (Decisão 17/CP.7):*

***Parágrafo 37.** A entidade operacional designada selecionada pelos participantes do projeto para validar uma atividade de projeto, mediante contrato firmado entre eles, deve revisar o documento de concepção do projeto e qualquer documentação de apoio, confirmando o atendimento dos seguintes requisitos:*

***Alínea b** – Os comentários dos atores locais foram solicitados, um resumo dos comentários recebidos foi fornecido e um relatório à entidade operacional designada sobre como foram devidamente levados em consideração esses comentários foi recebido.*

O Projeto de Mitigação SMDA GEE BR05-B-15, Paraná Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Brasil, deverá ser revisto até que sejam atendidas as seguintes observações:

1. Quanto às licenças ambientais, os seguintes problemas devem ser sanados:
  - a. **Sítio São Miguel (PR):** Apresentou um requerimento de Licença Ambiental de Operação. Entretanto, este documento não garante que o projeto esteja em dia com o processo de licenciamento ambiental. Para tanto, deve ser apresentado um histórico do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, assegurando que os prazos legalmente estabelecidos vêm sendo cumpridos.
  - b. **Granja Peru de Suínos (PR):** Apresentar documentação legível.
  - c. **Granja Ronei Pelizza (SC):** Apresentou um comprovante de entrega de documentos requerendo Licença Ambiental. Este documento não garante que o projeto esteja em dia com o processo de licenciamento ambiental. Para tanto, deve ser apresentado um histórico do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, assegurando que os prazos legalmente estabelecidos vêm sendo cumpridos.
  - d. **Granja Acadroli (RS):** Apresentou a Licença de Instalação N° 864/2004-DL datada de 07 de dezembro de 2004 e com validade de dois anos. Esta licença expressamente proíbe o início da operação do empreendimento, sendo para tanto necessário o requerimento e a obtenção de Licença de Operação. A atividade de projeto deve ajustar o início de suas atividades ao início da operação legal de todos os empreendimentos envolvidos.
  - e. **Chácara Tina (PA):** Apresentou um Parecer Técnico emitido pelo Órgão Ambiental favorável à concessão de Licença Ambiental de Operação. Entretanto, este documento não garante que o projeto esteja em dia com o processo de licenciamento ambiental. Para tanto, deve ser apresentado um histórico do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, assegurando que os prazos legalmente estabelecidos vêm sendo cumpridos.
  - f. **Fazenda Alberto Mazzotti (PR):** Apresentou um requerimento de Licença Ambiental de Operação. Entretanto, este documento não garante que o projeto esteja em dia com o processo de licenciamento ambiental. Para tanto, deve ser apresentado um histórico do processo



de licenciamento ambiental do empreendimento, assegurando que os prazos legalmente estabelecidos vêm sendo cumpridos.

- g. **Granja Pesqueiro (SC):** Foi apresentada a Licença de Instalação N° LAI 046/06, entretanto este documento não autoriza o início da operação do empreendimento, sendo para tanto necessário o requerimento e obtenção de Licença de Operação. A atividade de projeto deve ajustar o início de suas atividades ao início da operação legal de todos os empreendimentos envolvidos.

2. Conforme determina o Artigo 3º parágrafo II os proponentes do projeto devem enviar ao Ministério Público, durante o processo de validação, carta-convite referente à atividade de projeto nas seguintes propriedades:

- a) Fazenda Taquari
- b) São Salvador
- c) Cooperativa Regional Itaipu
- d) Sítio São Miguel
- e) Fazenda Alberto Mazzotti
- f) Granja São Benedito
- g) Granja Peru de Suínos
- h) Granja Panamá
- i) Fazenda Santa Ana – Gavião
- j) Fazenda Eldorado
- k) Chácara Tina
- l) Granja Pesqueiro
- m) Granja Ronei Pelizza

3. Nas cartas-convite não se deve pedir que críticas e sugestões ao projeto devam ser encaminhadas à Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima. O procedimento correto é, quando houver comentários, incorporá-los ao DCP, de forma a serem levados em consideração durante o processo de validação. Como o procedimento de consulta aos atores envolvidos não foi feito de forma correta, todo o processo de validação está comprometido. É necessário que seja refeita a consulta aos atores envolvidos em um novo processo de validação. Assim, reapresentar as cartas-convite observando:

- a. Deve constar do seu cabeçalho de endereçamento a identificação dos atores relacionados na Resolução n° 1, em particular, órgãos ambientais estaduais e municipais e associações comunitárias. Quando não houver um dos atores, uma declaração nesse sentido deve ser anexada.
- b. Não deve constar referência à aprovação da atividade de projeto pelo Governo Brasileiro.
- c. Deve constar no *link* apresentado o DCP da atividade de projeto BR05-B-15.
- d. É desnecessário anexar à submissão as cartas-convite endereçadas a atores não relacionados na Resolução n° 1.

4. Correção do texto na seção 3.6 do Relatório de Validação – Comentário dos Interessados Locais - que repete (copy/paste) informação de outra atividade de projeto BR01-B de que apenas os representantes dos Estados de Minas Gerais e São Paulo participaram do processo formal de consultas.
5. A Entidade Operacional Designada deve corrigir a afirmação feita no Relatório de Validação item 3.6.1 que nenhum processo de consulta aos interessados é exigido pela legislação nacional. A Resolução nº 1 de 11 de setembro de 2003 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, em seu artigo 3º, parágrafo II, afirma:

**Art. 3º** – *Com vistas a obter a aprovação das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, os proponentes do projeto deverão enviar à Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em meio eletrônico e impresso:*

**II** – *as cópias dos convites de comentários enviadas pelos proponentes do projeto aos seguintes agentes envolvidos e afetados pelas atividades de projeto **de acordo com a alínea b do parágrafo 37 do Anexo I** referido no Art. 1º, identificando os destinatários:*

- Prefeitura e Câmara dos vereadores
- Órgãos Ambientais Estadual e Municipal;
- Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- Associações comunitárias;
- Ministério Público;

*A referida **alínea b do parágrafo 37 do Anexo I** – Modalidades e procedimentos para um mecanismo de desenvolvimento limpo (Decisão 17/CP.7):*

**Parágrafo 37.** *A entidade operacional designada selecionada pelos participantes do projeto para validar uma atividade de projeto, mediante contrato firmado entre eles, deve revisar o documento de concepção do projeto e qualquer documentação de apoio, confirmando o atendimento dos seguintes requisitos:*

**Alínea b** – *Os comentários dos atores locais foram solicitados, um resumo dos comentários recebidos foi fornecido e um relatório à entidade operacional designada sobre como foram devidamente levados em consideração esses comentários foi recebido.*

O Projeto de Mitigação SMDA GEE BR05-B-16, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil, deverá ser revisto até que sejam atendidas as seguintes observações:

1. Quanto às licenças ambientais, os seguintes problemas devem ser sanados:
  - a. **Fazenda Makena (MG):** Apresentar o histórico do licenciamento ambiental desta propriedade e esclarecer se ela vem cumprindo os prazos legalmente estabelecidos. O Ofício nº CEA-CT-COPAM 531/2005 determina que devem ser considerados em conformidade com a legislação ambiental, aqueles empreendimentos que estiverem cumprindo todos os prazos legalmente estabelecidos.
  - b. **Fazenda Tarumã (MT):** Apresentar documentação que comprove qual é a relação entre esta propriedade e a Fazenda Cristalina.
  - c. **Fazenda Santa Maria/São Paulo (MG):** Apresentar documentação legível.
  - d. **Fazenda Serra (MG):** Apresentar o histórico do licenciamento ambiental desta propriedade e esclarecer se ela vem cumprindo os prazos legalmente estabelecidos. O Ofício nº CEA-CT-COPAM 531/2005 determina que devem ser considerados em conformidade com a legislação ambiental aqueles empreendimentos que estiverem cumprindo todos os prazos legalmente estabelecidos.
  - e. **Fazenda Ponte Tábua (MG):** Apresentar o histórico do licenciamento ambiental desta propriedade e esclarecer se ela vem cumprindo os prazos legalmente estabelecidos. O Ofício nº CEA-CT-COPAM 531/2005 determina que devem ser considerados em conformidade com a legislação ambiental, aqueles empreendimentos que estiverem cumprindo todos os prazos legalmente estabelecidos.
  - f. **Fazenda Rio Preto Moderna (GO):** Explicar se este empreendimento faz parte deste projeto.
  - g. **Fazenda São Paulo (MG):** Apresentar documentação que comprove qual é a relação entre esta propriedade e a Agropecuária São Gabriel.
  - h. **Sítio Meu Chamego (MG):** Apresentar o histórico do licenciamento ambiental desta propriedade e esclarecer se ela vem cumprindo os prazos legalmente estabelecidos. O Ofício nº CEA-CT-COPAM 531/2005 determina que devem ser considerados em conformidade com a legislação ambiental, aqueles empreendimentos que estiverem cumprindo todos os prazos legalmente estabelecidos.
  - i. **Fazenda Cachoeiro do Rio Doce (GO):** Apresentar licença ambiental válida para o período anterior a 14 de abril de 2006, uma vez que a data de início de obtenção de créditos do projeto é 1º de abril de 2006 e a data de início da atividade de projeto é 02 de março de 2004.
  - j. **Fazenda D'anta Bacuri (Camila Cunha Soares de Carvalho) e (Christina Cunha Soares de Carvalho) (GO):** esclarecer se tratam-se da mesma propriedade em sítios distintos.
  - k. **Fazenda Santa Paula (SP):** Não apresentou documentação que comprove o atendimento à legislação ambiental.
  - l. **Fazenda São José – Granja São José (GO):** Não apresentou documentação que comprove o atendimento à legislação ambiental.

2. Conforme determina o Artigo 3º, parágrafo II, os proponentes do projeto devem enviar ao Ministério Público, durante o processo de validação, carta-convite referente à atividade de projeto nas seguintes propriedades:
  - a. Fazenda Barreiro
  - b. Fazenda Serra
  - c. Sítio São João
3. No *link* informado nas cartas-convite consta que o projeto BR05-B-16 estaria disponível no seguinte link “<http://www.agcert.com/pdd.htm>”, entretanto, neste *link* constam apenas projetos mais antigos, já submetidos à CIMGC.
4. Correção do erro de numeração do item 3.4 “Cálculo das Emissões de GEE” da versão em português do Relatório de Validação, que comprometeu a numeração dos itens subsequentes.
5. Nas cartas-convite não se deve pedir que críticas e sugestões ao projeto devam ser encaminhadas à Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima. O procedimento correto é, quando houver comentários, incorporá-los ao DCP, de forma a serem levados em consideração durante o processo de validação. Como o procedimento de consulta aos atores envolvidos não foi feito de forma correta, todo o processo de validação está comprometido. É necessário que seja refeita a consulta aos atores envolvidos em um novo processo de validação. Assim, reapresentar as cartas-convite observando:
  - a. Deve constar do seu cabeçalho de endereçamento a identificação dos atores relacionados na Resolução nº 1, em particular, órgãos ambientais estaduais e municipais e associações comunitárias. Quando não houver um dos atores, uma declaração nesse sentido deve ser anexada.
  - b. Não deve constar referência à aprovação da atividade de projeto pelo Governo Brasileiro.
  - c. Deve constar no *link* apresentado o DCP da atividade de projeto BR05-B-16.
  - d. É desnecessário anexar à submissão cartas-convite endereçadas a atores não relacionados na Resolução nº 1.
6. Correção do texto na seção 3.6 do Relatório de Validação – Comentário dos Interessados Locais - que repete (copy/paste) informação de outra atividade de projeto BR01-B de que apenas os representantes dos Estados de Minas Gerais e São Paulo participaram do processo formal de consultas.
7. A Entidade Operacional Designada deve corrigir a afirmação feita no Relatório de Validação item 3.6.1 que nenhum processo de consulta aos interessados é exigido pela legislação nacional. A Resolução nº 1 de 11 de setembro de 2003 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, em seu artigo 3º, parágrafo II, afirma:

**Art. 3º** – Com vistas a obter a aprovação das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, os proponentes do projeto deverão enviar à Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em meio eletrônico e impresso:

**II** – as cópias dos convites de comentários enviadas pelos proponentes do projeto aos seguintes agentes envolvidos e afetados pelas atividades de projeto **de acordo com a alínea b do parágrafo 37 do Anexo I** referido no Art. 1º, identificando os destinatários:

- Prefeitura e Câmara dos vereadores
- Órgãos Ambientais Estadual e Municipal;
- Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- Associações comunitárias;
- Ministério Público;

A referida **alínea b do parágrafo 37 do Anexo I** – Modalidades e procedimentos para um mecanismo de desenvolvimento limpo (Decisão 17/CP.7):

**Parágrafo 37.** A entidade operacional designada selecionada pelos participantes do projeto para validar uma atividade de projeto, mediante contrato firmado entre eles, deve revisar o documento de concepção do projeto e qualquer documentação de apoio, confirmando o atendimento dos seguintes requisitos:

**Alínea b** – Os comentários dos atores locais foram solicitados, um resumo dos comentários recebidos foi fornecido e um relatório à entidade operacional designada sobre como foram devidamente levados em consideração esses comentários foi recebido.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez reiterou que nesta reunião estão sendo submetidos cinco novos projetos, questionou se a documentação referente a estes projetos já estavam disponíveis para os membros da CIMGC.

A Sra. Mara Lorena informou que um *link* para a disponibilização desta documentação já estava preparado, mas pediu aos membros que esperassem até a próxima segunda-feira (dia 17 de abril de 2006) a fim de permitir que esta documentação fosse compatibilizada também na nova versão do *site* do MCT.

### **3. Outros Assuntos**

- **Situação do projeto Usina Verde, apresentação do Parecer Técnico do Ministério do Meio Ambiente e posicionamento do Professor Emílio Lebre La Rovere do Centro Clima.**

O Secretário Executivo lembrou que, durante a 29ª Reunião, o Ministério do Meio Ambiente pediu à CIMGC que postergasse para a 30ª Reunião a apresentação do Parecer Técnico sobre a situação do projeto Usina Verde e a defesa do Professor Emílio Lebre La Rovere.

A Dra. Paula Benatti informou que o Prof. Emílio ainda não apresentou sua defesa, assim, pediu que esta questão fosse novamente discutida durante a 31ª Reunião.

- **Situação do projeto Cosipar junto ao IBAMA e Ministério Público frente às acusações de degradação ambiental envolvendo a exploração de madeira nativa na Floresta Amazônica.**

O Secretário Executivo informou que soube, por meio da imprensa, que o projeto Cosipar teria sido multado pelo IBAMA por estar utilizando madeira de desflorestamento em seu processo produtivo, ao invés de madeira de reflorestamento.

Destacou que esta atividade de projeto envolve a recuperação de gases de exaustão de auto forno em um processo de cogeração e que o DCP prevê que a madeira utilizada na usina seria proveniente de reflorestamento. Os RCEs deveriam ser requeridos pelo consumo evitado de energia elétrica deslocada da rede. Porém, ao consumir madeira de área de floresta natural, a atividade de projeto passou a emitir GEEs, além de causar dano ambiental.

Tendo em vista o exposto, pediu ao Ministério do Meio Ambiente que esclarecesse a situação deste projeto junto ao IBAMA e ao Ministério Público.

Informou também que, por acaso, o Projeto Cosipar não foi registrado no Conselho Executivo do MDL em função da necessidade de rever o fator de emissão da atividade do projeto. Assim, encaminhou um novo PDD/DCP e relatório de validação juntamente com uma solicitação de renovação da carta de aprovação da CIMGC.

A Dra. Paula Benatti informou que, infelizmente, as informações as quais o Secretário Executivo se referia são de fato verídicas, a empresa Cosipar foi multada por utilizar madeira cuja origem não pôde comprovar em seus processos produtivos. Destacou, ainda, que recebera, de antemão, informação de que o IBAMA estaria novamente multando a empresa, no valor de 50 milhões de reais, pelo mesmo motivo.

Informou que a autuação da Cosipar foi parte de uma ação do IBAMA que resultou em quatro autuações no Pará e outras quatro no Maranhão.

Avaliou que a CIMGC deveria rever a sua posição a respeito do projeto Cosipar e sugeriu que a carta de aprovação deste projeto não deveria ser renovada.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez ponderou como a CIMGC deveria proceder, uma vez que os proponentes do projeto Cosipar tão somente pediram a renovação da carta de aprovação em função da atualização dos fatores de emissão. Colocou que tanto os proponentes do projeto como a Entidade Operacional Designada devem ser questionados a respeito dessas informações.

A Dra. Paula Benatti apresentou parte de um relatório do IBAMA que avaliou a situação da Cosipar e que apontou indícios da origem ilegal da madeira utilizada nesta atividade há mais de cinco anos. Informalmente, destacou que os técnicos do IBAMA apontam que, provavelmente, mais de 80% da madeira utilizada por estes empreendimentos é de origem ilegal.

A Dra. Paula Benatti informou também que a Cosipar já havia sido autuada por estar utilizando mão de obra escrava. Destacou que esta questão, aparentemente, já havia sido solucionada, uma vez que fora assinado um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o Ministério do Trabalho e Emprego. Ponderou se não seria pertinente convidar este Ministério a participar da CIMGC.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro avaliou que o MMA deveria pedir esclarecimento ao Ministério do Trabalho e Emprego acerca do cumprimento do TAC firmado com a Cosipar. Entendeu que não há necessidade de convidar este Ministério a integrar a CIMGC, uma vez que a interseção entre os temas tratados é pequena.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez lembrou que a CIMGC possui um documento assinado pela Cosipar no qual ela se compromete a cumprir as legislações ambiental e trabalhista em vigor. Resta saber se a CIMGC pretende acionar o Ministério Público com base nestas informações.

O Dr. Guido Gelli sugeriu que a CIMGC deveria ter algum procedimento que permitisse que, em casos como o do projeto Cosipar, denúncias que venham à tona possam ser contempladas na análise e encaminhamento desses projetos. Exemplificou que o Ministério da Fazenda poderia verificar que uma determinada atividade de projeto está em débito com a Receita Federal e isto poderia ser levado em consideração pela CIMGC.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez destacou que a atuação da Autoridade Nacional Designada, no caso a CIMGC, é limitada na esfera internacional, assim, uma vez emitida a carta de aprovação e validado o projeto pelo Conselho Executivo do MDL, não há nada que a CIMGC possa fazer para interromper o trâmite desse projeto. No máximo, a CIMGC pode encaminhar uma solicitação ao Conselho Executivo de revisão das RCEs emitidas pelo projeto.

A Dra. Laura Porto avaliou que esta poderia ser uma boa oportunidade para levar à mídia a informação de que a CIMGC está preocupada com o meio ambiente e que não irá conceder a nova carta de aprovação para o projeto Cosipar.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra sugeriu que a CIMGC pudesse responder aos proponentes do projeto Cosipar e à Entidade Operacional Designada - EOD que, em virtude

de novas informações apresentadas pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo IBAMA, a CIMGC entendeu que a atividade de projeto não mais atende à legislação ambiental nacional. Assim, pediu que fosse apresentada nova documentação que ateste a conformidade do projeto com a legislação ambiental.

O Dr. Lindemberg Bezerra acrescentou, ainda, que a CIMGC deve tomar cuidado com o tipo de análise que pretende fazer, uma vez que suas atribuições e competências são limitadas. Destacou que, por exemplo, aspectos legais ou ambientais que envolvam o Ministério Público ou o IBAMA devem ser tratados pelos órgãos competentes e não pela CIMGC.

O Secretário Raphael Azeredo, representante do Ministério das Relações Exteriores, concordou com o posicionamento do Dr. Lindemberg Bezerra destacando que a CIMGC não tem como assegurar que as informações veiculadas pela mídia não possam ser levadas em consideração sem que antes sejam verificadas.

O Dr. João Salomão, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, destacou que, em outra oportunidade, a CIMGC se deparou com um problema semelhante quanto à origem da madeira em atividades de projeto no Rio Grande do Sul. Destacou que a providência tomada na época foi o requerimento de um comprovante de que a madeira utilizada na atividade de projeto era de origem renovável.

O Secretário Executivo ponderou como seria possível o IBAMA multar um empreendimento que está atuando de forma irregular e não cassar a licença de operação deste empreendimento.

O Dr. Guido Gelli concordou que não cabe à CIMGC analisar exaustivamente todas as possíveis irregularidades que uma atividade de projeto possa estar cometendo. Entretanto, destacou que a CIMGC deveria ter alguma regulamentação que previsse consultas aos órgãos competentes sempre que denúncias como esta do projeto Cosipar viessem à tona.

O Dr. Newton Paciornik representante do Ministério da Ciência e Tecnologia destacou que, infelizmente, a atuação da CIMGC não vai a campo coletar informações sobre as atividades de projetos, restringindo-se à análise da documentação que é encaminhada à Secretaria Executiva.

O Dr. Marcos Prates, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, avaliou que, no caso específico do projeto Cosipar, acredita que valeria a pena realizar uma visita de campo, uma vez que trata-se de uma questão muito séria que pode inclusive comprometer a credibilidade do setor siderúrgico no país.

O Secretário Executivo concordou com argumentação de que as visitas *in loco* são importantes para garantir maior acuidade às informações analisadas. Entretanto, destacou que no Ministério da Ciência e Tecnologia não existe uma linha orçamentária específica para a CIMGC. Assim, não há como enviar técnicos para proceder visitas *in loco* das atividades de projeto em análise.



A Dra. Paula Benatti informou que existem etapas que devem ser respeitadas no processo de outorga ambiental. Acrescentou que a cassação de uma licença de operação só pode ser feita pelo Secretário de Meio Ambiente do Estado em um processo de interdição das atividades da empresa. Assim, destacou que, em muitos casos, as licenças de operação não são cassadas, mesmo após a aplicação de multas pelo órgão ambiental competente.

A Dra. Paula Benatti concordou que o caso do projeto Cosipar é, de fato, preocupante e que visitas *in loco* podem ser benéficas para a confirmação de informações atestadas na documentação encaminhada à Secretaria Executiva. Entretanto, destacou que, neste caso específico, não vê motivo para a CIMGC se preocupar em enviar uma diligência ao local, uma vez que a equipe do IBAMA já está acompanhando de perto a situação do projeto.

Questionou ao Secretário Executivo Dr. José Miguez se consideraria relevante que o agendamento de uma reunião com os técnicos do IBAMA durante a próxima reunião da CIMGC ou se preferia deixar esta questão sob a discricionariedade do MMA.

O Secretário Executivo avaliou que o tratamento para este caso deveria ser similar ao que já vem ocorrendo com o caso da Usina Verde, ou seja, o MMA deveria se articular bilateralmente com o IBAMA e então preparar um relatório recomendando a ação que a CIMGC deve adotar.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez expressou sua preocupação com eventuais interpelações jurídicas contra a CIMGC caso sejam adotadas medidas que reformem a decisão original da CIMGC que havia sido pela aprovação deste projeto.

A Dra. Paula Benatti avaliou que a CIMGC está agindo dentro do estrito cumprimento de seu dever legal. Destacou que todas as decisões adotadas pela CIMGC foram tomadas à luz das informações disponíveis àquela época, ou seja, não se sabia que a Cosipar fazia uso de madeira de desmatamento em sua atividade de projeto e o empreendimento estava devidamente licenciado para operar.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez informou que irá responder à carta encaminhada pelo proponente do projeto Cosipar citando o ofício que o MMA irá encaminhar, o relatório do IBAMA e pedindo esclarecimento ao proponente do projeto e a Entidade Operacional Designada.

O Dr. Lindemberg Bezerra avaliou que a medida mais apropriada seria requerer de todos os atores envolvidos, ou seja, os proponentes do projeto, a EOD que validou o projeto e a pessoa que atestou a conformidade com a legislação ambiental e trabalhista que ratifiquem a informação dada anteriormente. Entendeu que, ao fazer isso, existe uma possibilidade destes atores não ratificarem seu posicionamento inicial. Caso isto ocorra, a CIMGC será poupada de um desgaste maior.

O Secretário Executivo pediu ao seu assessor para assuntos jurídicos Dr. Haroldo de Oliveira Machado Filho que se pronunciasse sobre o assunto.

O Dr. Haroldo Machado Filho argumentou que mesmo havendo sido concedida carta de aprovação ao projeto Cosipar, a administração pública sempre pode suspender os seus atos em virtude de uma ilegalidade.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez argumentou que isto funciona muito bem na esfera do Direito nacional, entretanto para o Direito internacional a revogação da carta de aprovação de um projeto que já tenha sido registrado na esfera internacional seria inócua.

O Dr. Haroldo Machado Filho destacou também que a CIMGC deveria definir por meio de uma resolução quais atitudes deverão ser adotadas caso seja detectada alguma ilegalidade no processo de obtenção da carta de aprovação. Avaliou que esta resolução deveria prever também procedimentos para a suspensão de cartas de aprovação concedidas nesse caso.

Destacou que entende o ponto de vista do Secretário Executivo sobre o conflito do direito interno com o direito internacional, entretanto, esclareceu que a anulação do ato administrativo é possível na esfera do direito interno e, apesar de não saber ao certo qual seria a repercussão deste ato no direito internacional, a CIMGC estaria se resguardando de eventuais penalidades jurídicas.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez perguntou que justificativa ele daria aos proponentes do projeto para a não emissão de uma nova carta de aprovação.

O Secretário Raphael Azeredo, representante do Ministério das Relações Exteriores destacou que, em sua opinião, a simples submissão de um ofício do MMA e de um relatório do IBAMA apontando o não cumprimento da legislação ambiental já seriam suficientes para suspender o processo de emissão de outra carta de aprovação até que esta situação tenha sido resolvida.

O Dr. Newton Paciornik entendeu que, como foram submetidos novos DCP/PDD e Relatório de Validação à Secretaria Executiva e considerando que as modificações no projeto foram substanciais, é possível concluir que seria necessário submetê-lo novamente ao processo de aprovação.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez concordou com o posicionamento e sugeriu que o projeto Cosipar fosse submetido à análise da CIMGC durante a 31ª Reunião.

A Dra. Paula Benatti informou que independentemente de ser submetido novamente, o Ministério do Meio Ambiente já se posiciona contra a emissão da nova carta de aprovação para o projeto Cosipar.

O Dr. Newton Paciornik avaliou que a análise feita pela CIMGC sobre o desenvolvimento sustentável dos projetos MDL é relativa. Assim, ponderou que a CIMGC pode entender que, tendo em vista os novos fatos apontados pelo MMA, a contribuição ao desenvolvimento sustentável do projeto Cosipar está comprometida.

O Dr. Lindemberg Bezerra sugeriu que o procedimento mais acertado seria o requerimento de uma declaração de nada consta junto ao IBAMA. Assim, a CIMGC obrigaria que os

proponentes do projeto Cosipar tenham resolvido suas pendências ambientais antes que possa ser emitida uma nova carta de aprovação.

O Dr. Haroldo Machado Filho reafirmou que independentemente da solução encontrada pela CIGMC para este caso é importante que seja editada uma nova resolução estabelecendo os procedimentos que serão adotados em novos casos de ilegalidade de projetos MDL.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez salientou que a idéia de revogação da carta de aprovação pela Autoridade Nacional Designada criaria um fato novo junto ao Conselho Executivo do MDL. Destacou que não há como prever qual será a solução encontrada para este problema no Conselho Executivo, pois se trata de uma situação nova e todos os países aprenderão fazendo.

O Dr. Haroldo Machado Filho salientou que o Direito interno de um país também cria normas internacionais, assim, esta decisão da CIMGC pode motivar a ação do Conselho Executivo e criar nova jurisprudência internacional.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez lembrou que, em se tratando de MDL, o Brasil tem sido vanguardista em praticamente quase tudo, foi o primeiro país a estabelecer uma autoridade nacional designada, o primeiro a propor uma metodologia e a ter um projeto aprovado.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez concluiu que o projeto Cosipar será submetido novamente à análise da CIMGC na 31ª Reunião e aproveitará a oportunidade para criar um novo item na pauta da reunião que será a análise de projetos que pediram revisão da carta de aprovação em função de modificações no escopo do projeto. Destacou que atualmente existem outros quatro projetos pedindo revalidação da carta de aprovação e aproveitando para alterar o escopo do projeto com a inclusão de novas usinas. São eles: Projeto Imbituva; Rickle; Inácio Martins e Irani.

O Secretário Executivo Dr. José Miguez perguntou aos membros da CIGMC se concordam com este encaminhamento.

Sem objeções, o Secretário Executivo Dr. José Miguez ratificou suas colocações e perguntou se teria algum outro assunto para ser tratado ainda durante a 30ª reunião.

Sem outros temas a serem tratados, o Secretário Executivo Dr. José Miguez agradeceu a participação de todos os representantes dos Ministérios e declarou encerrada a reunião.